

16.dezembro.2014 – 10h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: INTERJOVEM/CGTP-IN

Filipa Costa e Ana Oliveira

Recebidos por: Deputadas Diana Ferreira (PCP, Relatora, que presidiu à reunião), Nilza de Sena (PSD), Rosa Arezes (PSD) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP).

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

Exposição: A Deputada Diana Ferreira (PCP) enquadrou a audição, informando que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#) e indicou a grelha de tempos a utilizar.

As representantes da INTERJOVEM referiram a realidade dos jovens trabalhadores e indicaram várias situações que inviabilizavam a possibilidade de os mesmos terem filhos ou adiavam essa opção para idades mais tardias, a saber:

1. O desemprego, com taxas mais elevadas nos jovens e o facto de cerca de 48% dos jovens desempregados não ter proteção social;
2. A destruição do emprego com qualidade, incluindo, nomeadamente, a baixa de salários, o aumento das horas de trabalho, a diminuição dos apoios sociais (a nível de abono de família, do subsídio de parentalidade e outros) e a eliminação dos subsídios de férias e de Natal;
3. O aumento da precariedade dos vínculos laborais;
4. A rotatividade dos jovens entre o desemprego e o trabalho precário;
5. O não reconhecimento por algumas entidades empregadoras dos direitos de maternidade e paternidade, com aumento do despedimento de mulheres grávidas e ocultação da gravidez pelas mesmas;
6. O aumento de várias despesas, nomeadamente, de saúde (taxas moderadoras);
7. O fecho de muitos serviços de proximidade, de educação, saúde e outros.

Em contraposição, propuseram que se adotem as seguintes medidas:

1. Emprego com direitos;
2. Aumento de salários;
3. Defesa dos direitos de contratação coletiva;
4. Combate à precariedade;
5. Mais fiscalização e efetivação dos direitos dos trabalhadores (as);
6. Plena igualdade de direitos entre homens e mulheres e práticas de organização do trabalho favoráveis;

7. Pagamento a tempo inteiro do subsídio de parentalidade e criação de mais tipos de licenças pagas;
8. Criação de mais infraestruturas de apoio;
9. Reforço das funções do Estado.

Interviu depois a Deputada Nilza de Sena (PSD), que questionou se consideravam o tema importante, nomeadamente na Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Referiu que as questões da demografia e da baixa da taxa de natalidade são comuns a nível europeu, desde a década de 1950, mesmo em países que não tiveram um programa de apoio financeiro internacional, com adoção de políticas de austeridade. Acrescentou que a França, a Dinamarca e a Alemanha desenvolveram políticas muito intensivas neste âmbito, tendo havido mais resultados no primeiro país e muito menos no último. Realçou, ainda, que embora a dimensão financeira seja muito importante a questão não se confina à mesma.

Perguntou, ainda, quais as medidas concretas que consideravam prioritárias, incluindo as de proteção de jovens, reiterou que a via prestacional era importante mas não era determinante e realçou igualmente a conciliação do trabalho e da família e a motivação de cada um.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) indicou que Portugal tem a taxa de natalidade mais baixa do mundo, por razões variadas e o programa de assistência financeira e da crise económica agravaram a situação. Defendeu que se exigem medidas variadas, tendo dado exemplos de algumas adotadas em municípios, nomeadamente a nível da disponibilização de estruturas de apoio, habitação e emprego. Realçou ainda a importância de uma estrutura familiar de apoio, para manter os jovens próximos das famílias.

Salientou que a INTERJOVEM defende a alteração total do modelo económico existente, tendo discordado dessa posição. Por último, questionou quais as medidas concretas que propunham, tendo em conta o cenário de grandes dificuldades económicas, que pudessem ser implementadas no curto prazo.

A Deputada Diana Ferreira, em representação do PCP, realçou que a situação atual resultava de opções políticas que tinham vindo a ser feitas ao longo dos últimos 38 anos, para além da questão da natalidade derivar também de outras dificuldades, além das económicas.

Referiu a precariedade e a existência de poucos direitos, do trabalho nos call center, hipermercados, shoppings (com contratos quinzenais ou nalguns casos de menor duração), que influenciam a motivação para a natalidade. Realçou, depois, a escassez de rede pública de creches e apoios, os contratos a termo sucessivos, a perda de abonos de família, a baixa de salários, o arrendamento jovem muito burocratizado e pouco favorável, a insuficiência de transportes públicos no interior e o desmantelamento das funções sociais do Estado na área da Educação.

Na sequência das questões e observações expostas, a INTERJOVEM respondeu que consideram o debate em causa muito importante e premente e priorizaram as medidas a adotar:

1. Emprego;
2. Aumento salarial;
3. Combate à precariedade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Realçaram que os contratos de reinserção de desempregados são abusivos e permitem a substituição dos trabalhadores, que a precariedade está espalhada por todos os setores e já se mantém há vários anos e que muitos jovens quando têm filhos voltam para casa dos pais.

Por último, referiram que o diagnóstico é conhecido, o problema é indissociável das condições laborais dos jovens e o Governo ou responde aos problemas daqueles ou a realidade será mantida ou agravada.

A documentação remetida pela INTERJOVEM e a gravação da reunião estão disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 16 de dezembro de 2014

A assessora
Teresa Fernandes